

Na última quinta-feira foi feita uma negociação, no Congresso Nacional, que evitaria ônus maiores para o Tesouro da República. O Congresso preservou vários vetos do presidente da República a propostas que representavam gastos adicionais para os cofres públicos com os servidores federais.

Essa disposição deve ser saudada. Um Congresso que, ao longo dos anos da ditadura, foi se tornando progressivamente dócil ao poder discricionário, quando a democracia chegou teve o impulso de mostrar sua independência e autonomia. Infelizmente, essa independência, em muitíssimas vezes, significou uma sangria do erário, porque representava sempre gastos adicionais.

A dinâmica que tivemos durante muitos anos (em um certo sentido a palavra mais adequada seria inércia) foi a de que o Congresso, por não se sentir solidário nas decisões de política econômica, bombardeou sistematicamente todas as propostas de austeridade econômica, fiel ao princípio de que a renda disponível devia ser distribuída, já que

O Congresso acertou

o regime anterior, castrador das liberdades, na política, se tornara concentrador da renda, na economia.

Essa espécie de radicalismo, aliada ao corporativismo da representação parlamentar, fez com que o Congresso se transformasse na última trincheira dos defensores de privilégios e prebendas, tudo isso em nome da distribuição de uma renda que, no final, não existia, pois era pavorosamente corroída pelo avanço da inflação.

Por tudo isso, a colaboração evidenciada na sessão de quinta-feira é extremamente bem-vinda. Porque mostra o perfil de um Congresso menos radical, mais responsável, reflexivo do ânimo nacional de renovação e mudança.

Nessa mesma quinta-feira o Supremo Tribunal Federal julgou uma ação em que o Partido Social-Democrático Brasileiro, o PSDB,

pleiteava o aumento da representação parlamentar de São Paulo. Denegou o pedido. E foi também uma vitória do bom-senso, porque, se é verdade que um Estado como São Paulo é sistematicamente prejudicado na sua representação parlamentar federal — pois sua população é proporcionalmente menos representada do que estados menos populosos —, também é certo que seria uma providência particularista e parcial o atendimento à reivindicação tucana.

Quase certamente a coerência e a sensatez política aconselham a que se articule uma reforma global do sistema de representação proporcional da população brasileira em seu Parlamento — isso para não dizer da necessidade de reformar o próprio sistema eleitoral, de modo a acolher alguma espécie de voto distrital.

Ou seja: o que os fatos recentíssimos da atualidade política estão a mostrar é que não

se deve descrever liminarmente da esperança de que possamos melhorar nossas estruturas e costumes políticos. A verdade é que a democracia, por expor abertamente as opções que se desvendam a toda a sociedade, obriga à reflexão e à tomada das decisões mais sensatas. O que vivemos é ainda, sob inúmeros aspectos, uma espécie de ressaca desse porre da razão que foram os vinte anos de regime autoritário. E muitas críticas se podem fazer à lentidão com que marcha a construção de instituições democráticas dignas e decentes, mas se deve sempre descrever dos que exigem as mudanças como em um passe de mágica.

Foi esse mesmo pensamento e, em muitos casos, esses mesmos apressadinhos que venderam a miragem cruel da mudança rápida pelo sacrifício indecente da liberdade, com o resultado que esta geração conhece de sobra.

O governo fez bem, seus congressistas melhor ainda, e com isso todos caminham para se redimir de um passado de críticas e de uma visão distorcida que tinham da realidade, para o bem de todos.